

SUMÁRIO

PARTE I: TEORIA GERAL DO REGISTRO CIVIL

1. Visão Geral.	17
1.1 Introdução.....	17
1.2 As diversas acepções de “Registro Civil”	18
1.2.1 Como local	18
1.2.2 Como instituição jurídica	19
1.2.3 Como registro público	20
1.2.4 Como jurisdição voluntária	21
1.2.5 Como serviço público	21
1.2.6 Como função pública	22
1.2.7 Como direito humano	23
1.2.8 A questão da denominação	23
1.3 Conceito de Direito do Registro Civil das Pessoas Naturais	25
1.4 Características	26
2. Prestação do serviço.	27
2.1 Expediente ao Público	27
2.2 Atemporalidade	27
2.3 Ininterruptividade	28
2.4 Horário	28
2.5 Plantão	29
2.6 Gratuidade plena	30
2.7 Gratuidade controlada	31
2.8 Compensação pelos atos gratuitos	32
2.9 Localização	32
2.10 Convênios	33
2.11 Informatização	34

3. Estrutura	35
3.1 Sujeitos do Registro Civil	35
3.1.1 O Registrador civil	35
3.1.2 Os Prepostos	35
3.1.3 O Ministério Público	35
3.1.4 As Corregedorias	37
3.2 Objeto do Registro Civil	38
3.2.1 Introdução	38
3.2.2 Natureza jurídica	38
3.2.3 Atos e fatos registráveis	38
3.3 Forma da prática dos atos	40
3.3.1 Assentos	40
3.3.2 Averbações	40
3.3.3 Anotações	41
4. Princípios	43
4.1 Princípio da Legalidade	43
4.2 Princípio da Independência do Registrador	44
4.3 Princípio da Instância (Rogação)	45
4.4 Princípio da Veracidade ou Fé	45
4.5 Princípio da Territorialidade	45
4.6 Princípio da Conservação	46
4.7 Princípio da Continuidade	46
4.8 Princípio da Especialidade	47
4.9 Princípio da Autenticidade	47
4.10 Princípio da Publicidade	48
5. Central Eletrônica	51
5.1 Conceito	51
5.2 Regime Jurídico	51
5.3 Integrantes	53
5.4 Atos praticados	53
5.5 Operabilidade	55
5.6 Consulentes	56
5.7 Certidões	56

6. Escrituração	59
6.1 Livros	59
6.2 Aspectos técnicos	60
6.2.1 Medidas	60
6.2.2 Encadernação	61
6.2.3 Número de folhas	61
6.3 Abertura e encerramento dos livros	62
6.4 Índice	62
6.5 Estrutura	62
6.6 Formalizações	64
6.7 Classificadores	65
7. Procedimento	69
7.1 Protocolo	69
7.2 Qualificação positiva	69
7.3 Qualificação negativa	69
7.4 Nota devolutiva	70
7.5 Dúvida registral civil	70
8. Certidões	73
8.1 Conceito	73
8.2 Requisitos	73
8.3 Espécies	74
8.3.1 Certidão em inteiro teor	74
8.3.2 Certidão em breve relatório	75
8.3.3 Certidão por quesitos	75
8.4 Requerimento	76
8.5 Forma	77
8.6 Prioridade	78
8.7 Proteção de dados pessoais	78
8.8 Papel de segurança	79

PARTE II: NASCIMENTO

1. Visão Geral	83
1.1 Conceito	83

1.2	Natureza jurídica	83
1.3	Características	84
1.3.1	Obrigatoriedade.	84
1.3.2	Instrumento de Cidadania	85
1.3.3	Relevância estatística	85
1.3.4	O fenômeno do sub-registro	86
1.3.5	Gratuidade.	86
1.3.6	Perpetuidade	87
1.3.7	Dinamicidade	88
2.	Competência	89
2.1	Regra Geral	89
2.2	Nascimentos ocorridos a bordo de embarcação	90
2.3	Registro fora do prazo	91
2.4	Nascimento seguido de morte	92
2.5	Natimorto	92
2.6	Nascimento ocorrido no Distrito Federal.	92
2.7	Nascimento ocorrido no Exterior.	92
2.8	Incompetência	93
3.	Prazos	95
3.1	Prazo ordinário	95
3.2	Locais distantes	95
3.3	Prazo dos genitores	95
3.4	Nascimentos ocorridos a bordo	96
3.5	Registro fora do prazo	96
4.	Procedimento	97
4.1	Declaração de Nascido Vivo (DNV)	97
4.2	Instância	98
4.3	Declarantes	98
4.3.1	Capacidade do declarante	98
4.3.2	Legitimidade do declarante	101
4.3.3	Identificação do declarante.	102
4.4	Qualificação dos Documentos	104
4.5	Diligências do Oficial	106

4.6	Lavratura do Assento	106
4.6.1	Elementos que devem constar	106
4.6.2	Elementos que não devem constar	109
4.7	Escolha do Nome	110
4.8	Testemunhas	111
4.9	Escrituração	112
4.10	Primeira certidão	112
5.	Situações especiais	115
5.1	Registro de nascimento fora do prazo.	115
5.1.1	Competência	115
5.1.2	Procedimento	115
5.1.3	Requerente.	116
5.1.4	Forma	117
5.1.5	Documentos	119
5.1.6	Entrevista com o registrando	120
5.1.7	Entrevista com o declarante	120
5.1.8	Entrevista com as testemunhas	120
5.1.9	Qualificação registral.	121
5.1.10	Estabelecimento da Filiação	122
5.1.11	Lavratura	122
5.1.12	Duplicidade e cancelamento	123
5.2	Assento do indígena.	123
5.3	Adoção	125

PARTE III: CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL

1.	Habilitação	131
1.1	Conceito	131
1.2	Competência	131
1.3	Requerimento	132
1.4	Documentos necessários	133
1.4.1	Certidão de nascimento ou documento equivalente.	133
1.4.2	Autorização por escrito dos representantes legais ou ato judicial que a supra	134
1.4.3	Declaração de duas testemunhas	134

1.4.4	Declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos	135
1.4.5	Certidão de óbito do cônjuge falecido, de sentença declaratória de nulidade ou de anulação de casamento, transitada em julgado, ou do registro da sentença de divórcio	135
1.4.6	Protocolo e autuação	136
1.5	Qualificação registral	136
1.5.1	Orientação do registrador	136
1.5.2	Escolha de regime e pacto	136
1.5.3	Alteração do sobrenome.	138
1.6	Proclamas e Editais	138
1.7	Vista ao Ministério Público	139
1.8	Certidão de habilitação	140
2.	Celebração	141
2.1	Requerimento ao juiz de casamento.	141
2.2	Designação de data e local	141
2.3	Cerimônia de casamento	142
3.	Registro	145
3.1	Lavratura do assento	145
3.2	Arquivamento	146
4.	Incidentes	147
4.1	Oposição	147
4.2	Impedimentos	147
4.3	Causas Suspensiva	149
4.4	Dispensa dos Proclamas.	150
4.5	Justificação.	151
5.	Situações Especiais.	153
5.1	Casamento religioso.	153
5.2	Casamento in extremis.	153
5.3	Casamento comunitário.	155
5.3.1	Noções gerais e requerimento.	155
5.3.2	Procedimento	156
6.	União estável	157

6.1	Registro	157
6.2	Conversão em casamento	160
6.2.1	Requerimento	160
6.2.2	Assento da conversão	160

PARTE IV: ÓBITO E AUSÊNCIA

1. Registro	165
1.1 Declaração de Óbito (DO)	165
1.2 Prazo	165
1.3 Declarantes	166
1.4 Elementos do assento	169
1.5 Serviço de Verificação de Óbito (SVO)	170
1.6 Emissão da certidão	171
2. Serviço funerário	173
3. Situações especiais	177
3.1 Utilização do cadáver para estudos e pesquisas	177
3.2 Cremação de cadáver	179
3.3 Óbitos a bordo de navios e aeronaves	180
3.4 Desaparecidos políticos	180
3.5 Óbitos sem atestado médico	181
3.6 Inumação de cadáver	181
3.7 Natimorto	182
3.8 Justificação de óbito	183
4. Morte presumida	187

PARTE V: DEMAIS ATOS DO REGISTRO CIVIL

1. Visão Geral	193
2. O Livro "E"	195
2.1 Operabilidade	195
2.2 Unitariedade	196
2.3 Subsidiariedade	196

2.4	Transitoriedade	196
2.5	Exemplificatividade	196
3.	Emancipação	199
4.	Institutos Protetivos	203
4.1	Interdição	203
4.2	Tomada de decisão apoiada	205
4.3	Tutela	206
5.	Opção de nacionalidade	207
6.	Traslados	211
6.1	Disposições gerais	211
6.2	Traslado de nascimento	214
6.3	Traslado de casamento	219
6.4	Traslado de óbito	221

PARTE VI: AVERBAÇÕES E ANOTAÇÕES

1.	Averbações	227
1.1	Conceito	227
1.2	Natureza jurídica	227
1.3	Princípios	228
1.3.1	Princípio da mutabilidade do assento	228
1.3.2	Princípio da veracidade	228
1.3.3	Princípio da continuidade	228
1.4	Caráter exemplificativo	229
1.5	Fiscalização	230
1.6	Lançamento marginal	230
1.7	Completude	230
1.8	Qualificação registral	231
1.9	Publicidade	231
1.10	Tempestividade	231
1.11	Averbação no livro de registro de casamento	232
1.12	Averbação no livro de nascimento	233
2.	Retificações	235

3. Cancelamento	239
3.1 Conceito	239
3.2 Hipóteses.....	240
4. Anotações	243
4.1 Conceito	243
4.2 Natureza jurídica.....	244
4.3 Princípios.....	245
4.3.1 Princípio da continuidade	245
4.3.2 Princípio da mutabilidade do assento.....	245
4.3.3 Peculiaridades	245

PARTE VII: JURISPRUDÊNCIA

1. Certidões	251
1.1 Papel de segurança.....	251
2. Nascimento	253
2.1 Retificação	253
2.2 Adoção	255
3. Casamento	257
3.1 Procedimento de habilitação	257
3.2 Casamento religioso	258
3.3 Proclamas	260
3.4 Documentos necessários	260
3.5 Causa suspensiva	261
4. Óbito	263
4.1 Instituição de ensino	263
4.2 Cremação de cadáver.....	263
4.3 Natimorto	264
4.4 Morte presumida.....	265
Referências	266